

IMAGEM DA JUSTIÇA BRASILEIRA NA PERCEPÇÃO DE IMIGRANTES SENEGALESES

Autor: Ronaldo Oliveira Matias¹ – UCPEL

Co autora: Anelize Corrêa²

A imigração senegalesa é uma realidade na cidade de Pelotas e na região e com ela fica mais evidente a xenofobia associada a discriminação racial. Os pesquisadores são membros do GEMIGRA/UCPEL (Grupo de Estudos em Políticas Migratórias e Direitos Humanos) e nesse espaço fazem acompanhamento e prestam orientação inclusive jurídica para imigrantes da região. Em pesquisas anteriores e na coleta de imagens e vídeos das agressões sofridas pelos senegaleses, bem como de documentos (boletins de ocorrência policial) os pesquisadores constataram diversos episódios de segregação e discriminação, inclusive racial, a qual os imigrantes senegaleses tem sido vítimas, sobretudo aqueles que atuam no comércio informal na área central da cidade de Pelotas. No entanto mesmo recebendo o devido acompanhamento jurídico, por parte dos membros do GEMIGRA, os imigrantes vítimas de diversas violações, não quiseram dar continuidade aos processos. A partir dessa realidade resolvemos investigar qual a percepção que os imigrantes senegaleses estabelecidos na cidade de Pelotas têm da justiça no Brasil. Para isto resolvemos utilizar como metodologia entrevistas semi estruturadas (Minayo, 1994) e realização de desenhos livres a serem produzidos pelos imigrantes. Os referidos desenhos serão interpretados utilizando o método documentário com base em Bohnsack (2007).

Palavras Chave: Pelotas. Percepção. Imigrante. Xenofobia. Discriminação.

¹ Graduando em Direito e membro do GEMIGRA.

² Doutoranda em Educação UFPEL, coordenadora do GEMIGRA/UCPEL e professora adjunta UFPEL/UCPEL.

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA

O MÉTODO DOCUMENTÁRIO DE INTERPRETAÇÃO: IMAGENS DA JUSTIÇA PRODUZIDAS POR DOCENTES DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPel

Juliano da Rosa Passos: Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FaE) na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Advogado (julianopassos_10@hotmail.com) Pelotas/RS, Brasil.

Maria Cecilia Lorea Leite - PPGE/UFPel, Projeto de Pesquisa “Imagens da Justiça, Representações Curriculares e Pedagogia Jurídica” financiado pelo CNPQ (mclleite@gmail.com) Pelotas/RS, Brasil.

O presente estudo, elaborado a partir de imagens extraídas do banco de dados do projeto de pesquisa financiado pelo CNPQ, “Imagens da Justiça, Representações Curriculares e Pedagogia Jurídica”, coordenado por Leite (2014), visa a apresentar e discutir a análise desenvolvida com base no método documentário de interpretação, proposto por Karl Mannheim e atualizado por Ralf Bohnsack. Através do acesso ao contexto de produção das imagens selecionadas e produzidas por docentes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas/RS, bem como do processo analítico, constituído de três etapas, busca-se compreender as acepções de justiça transmitidas, correlacionando-as, de forma ampla, na medida do possível, com a realidade social, política e econômica. Válido frisar que pesquisas imagéticas, em abordagens qualitativas, ainda são consideradas escassas, especialmente no campo do Ensino Jurídico. Confluindo com resultados de investigações até então desenvolvidas, pode-se depreender a necessidade de enfatizar uma maior contextualização do Ensino Jurídico, particularmente tendo em conta concepções amplas de justiça social, no entrecruzamento das dimensões sociais, políticas e econômicas. Tais dados reforçam a pertinência da abordagem ora proposta.

GT 5 – QUEZADO, Sílvia Rebeca Sabóia.

INSTITUIÇÃO: CENTRO UNIVERSITÁRIO 7 DE SETEMBRO – UNI 7.

Autora: Sílvia Rebeca Sabóia Quezado.

TÍTULO: A MEDIAÇÃO FAMILIAR E O ACESSO À JUSTIÇA

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é investigar um dos métodos de resolução de conflitos, qual seja, a mediação. Para tanto, são necessários analisar a mediação, capaz não só de mapear as contendas, mas também encontrar soluções eficazes para pacificar a lide no âmbito familiar e fomentar o acesso à justiça. Busca-se, portanto, verificar como e de que modo é aplicada a mediação na justiça, além de identificar os conflitos que são inerentes aos relacionamentos familiares, sendo expressão do envolvimento emocional presente em tais relações. Alguns conflitos são resolvidos mediante negociação direta dentro da própria família. Outras vezes, porém, podem chegar ao Poder Judiciário, logo evidenciando o acesso à justiça. Nesse sentido, o presente trabalho visa à apresentar a mediação familiar e o acesso à justiça. Os resultados obtidos do uso da mediação demonstraram-na eficaz, validando a sua utilização para resolver os aludidos conflitos. A totalidade dos resultados alcançados com este trabalho possibilitou a comprovação de que é plenamente possível desenvolver a mediação para a resolução dos conflitos no Direito de Família, contribuindo para que as partes em conjunto aprendam a partir do objeto controverso, participar das mudanças necessárias para que produzam um resultado comum.

Palavras-chave: Sistema multiportas. Mediação. Direito de família. Litígios. Código de Processo Civil.



III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Cultura *Vade Mecum*; currículo e tensão no ensino do direito

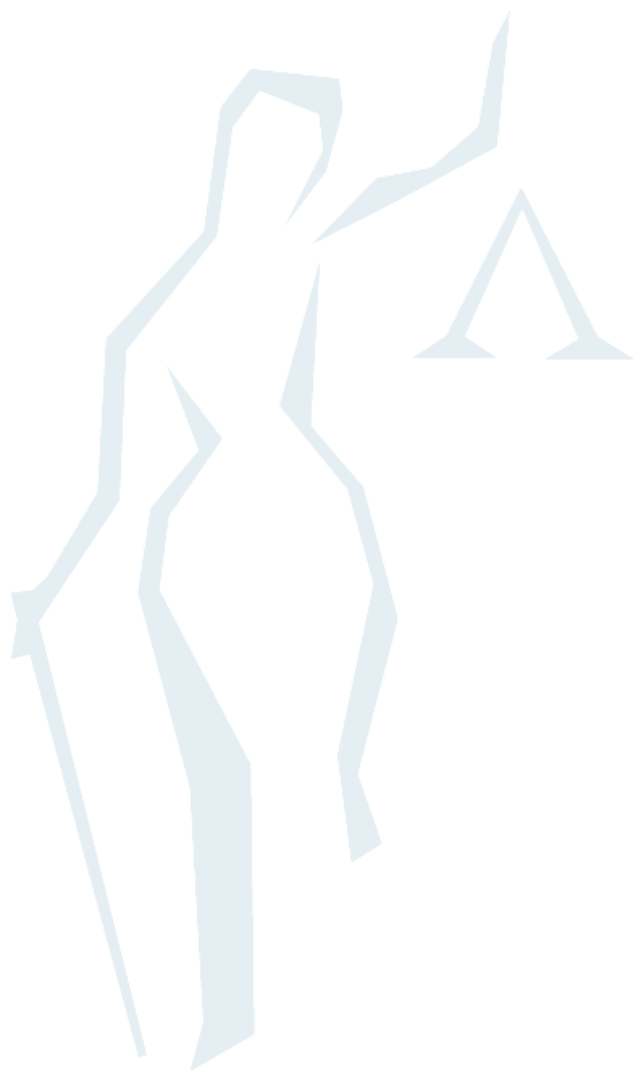
Ernani Santos Schmidt – UFPel / UCPel

O trabalho apresenta desdobramentos teóricos e metodológicos da participação do autor em pesquisa “Imagens da justiça, currículo e pedagogia jurídica”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Gestão, Currículo e Políticas Educativas/PPGE/UFPel. Na composição do material daquela pesquisa foram produzidas imagens da justiça, desenhadas manualmente, por estudantes ingressantes e concluintes de três Cursos de Direito em três Universidades Federais Brasileiras, com objetivo geral de analisar a fecundidade das mesmas como elementos de estudo para investigação sobre o currículo e a pedagogia jurídica segundo o método documentário de interpretação, desenvolvido por Bohnsack. Na análise dos desenhos, especialmente resgatando Mannheim, os estudantes realizam uma postura ativa (contestatória/criativa), denunciadora das práticas pedagógicas permeadas pela abstenção do sentido liberal-individualista sobre a justiça. O caráter contestatório refere à denúncia de condutas pedagógicas acomodadas na redução de complexidades implicadas pelo saber jurídico, as quais alimentam uma cultura de estudos baseada no “instituído” conforme codificações do direito estatal; mais do que um instrumento de trabalho, o *Vade Mecum* emerge como imagem recorrente da redução do currículo e seus significados, como contenção arbitrária dos fluxos de sentidos em suas tensões inerentes. O caráter criativo remete à compreensão de reações e protestos que postulam um cenário “instituinte”, resistente à “redefinição doutrinária da linguagem” desenvolvida por Santomé e que refere à substituição dos conceitos que mobilizam a perspectiva social por elementos rotineiros e burocráticos, redundando no que o autor designa “infantilização da juventude”.

Palavras-Chave: Imagens da Justiça – Método Documentário – Ensino do Direito



III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA



IMAGENS E COMPOSIÇÕES DE UMA NATUREZA NO PAMPA

Renata Lobato Schlee¹ (FURG/RS) Paula Corrêa Henning² (FURG/RS)

RESUMO

O presente trabalho encontra-se em construção. Trata-se de recorte de pesquisa de doutoramento em Educação Ambiental tendo o problema “como os fotógrafos e suas fotografias fabricam um discurso de natureza no Pampa?”. Investigamos através do dito de entrevistas e do não dito a partir do imagético, além disso, bebemos nos ensinamentos sobre análise do discurso em Michel Foucault, além de autores como Friedrich Nietzsche, Felix Guattari, Georges Didi-Huberman e Roland Barthes. Neste momento queremos problematizar o quanto as imagens nos ensinam e podem se apresentar como uma importante ferramenta nas práticas pedagógicas. O quanto são construções potentes que nos dizem da representação de um território. Imagens como forças que nos constroem pelas representações de natureza que constituem e fabricam. As imagens e suas pedagogias, entendendo que essas forças – imagética – são ao mesmo tempo constituídas e fabricadas. Aqui, questionamos então, quais as condições de existência e as regras para o surgimento de um discurso de natureza e não outro? Assim, pelo foco do pós-estruturalismo, buscamos colocar em suspenso algumas verdades instituídas e com isto analisar as relações entre justiça e natureza, pois enquanto discursos tomados como fabricação, podem ser compreendidos como verdades que tem seu tempo em jogos de relações de poder e saber.

PALAVRAS- CHAVE: Imagens da Justiça; Natureza; Pampa.

¹ Doutoranda em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia – GEECAF. Mestra em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Rio Grande. Especialista em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Ecologia Humana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduada em Estudos Sociais e História pela Universidade Federal de Pelotas. Professora da educação básica e ensino superior.

² Doutora em Educação pela UNISINOS/RS. Professora da Universidade Federal do Rio Grande - FURG / Líder do Grupo de Pesquisa Estudos em Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia GEECAF – FURG.



III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Imagens de Justiça: sob a ótica dos cidadãos e cidadãs inseridos no Sistema de Garantias de
Direitos de Crianças e Adolescentes

Gisele Scobernatti¹

RESUMO

Esta publicação é parte da tese de Doutorado “Psicologização do Cotidiano no Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes em tempos de Judicialização da Vida”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mesmo que ainda sob um título provisório, toda a discussão se dá essencialmente sobre a problematização dos dois conceitos, em muito disseminados na atualidade, quais sejam, a judicialização da vida e a psicologização do cotidiano como processos que se articulam quando está em pauta a proteção a crianças e adolescentes em nome do Sistema de Garantia de Direitos. Tendo como objetivo primeiro descrever e analisar as relações de poder que constituem o campo da proteção e promoção de direitos de crianças e adolescentes, sobretudo no tocante as práticas em psicologia. Buscou-se, a partir da escuta e da análise das trajetórias de vida das mulheres e dos homens, mães e pais, cuidadoras e cuidadores de crianças e adolescentes vitimados por algum tipo de situação de violência e que, por esta razão, foram inseridas no sistema de Garantia de Direitos saber o que elas/eles têm pra dizer de si e dos lugares por onde circulam, sobre o que pensam e que sentidos atribuem aos encaminhamentos legais, sobre o que seria justiça para as suas demandas e o que pensam acerca da sua inserção na rede de atendimento, em especial, o sentido atribuído ao atendimento psicológico a que tiveram que se submeter, seja por decisão judicial, policial e/ou como medida protetiva imposta pelo Conselho Tutelar. É possível vislumbrar que para essas pessoas proteção não é justiça, para elas justiça ainda está relacionada a responsabilização dos agressores e o atendimento psicológico enquanto medida protetiva acaba ganhando um sentido de punição.

Palavras Chaves: Psicologização do Cotidiano, Judicialização da vida e Imagens de Justiça.

¹ Psicóloga, Mestre em Ciências Sociais pelo Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, aluna do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



FORMAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS PELA MÍDIA.

Julio César Simões de Pádua – FURG

Renato Duro Dias – FURG

PROBLEMÁTICA

O trabalho discute a influência dos meios midiáticos na formação de estereótipos de gênero, e seu reflexo em meio à sociedade, estereótipos que estão sendo tomados como naturais. O Estudo busca problematizar conceitos de uma sociedade machista presente na atualidade, tendo enfoque nos comerciais de cerveja, no qual se torna nítido a objetificação da mulher, a posição superior em que o homem é colocado e o público alvo ser essencialmente masculino.

METODOLOGIA

O estudo de abordagem qualitativa utiliza-se de uma discussão a partir de uma revisão de literatura inicial, já que se trata de trabalho de iniciação científica e de análise de imagens televisivas, especialmente comerciais de cervejas nacionais veiculados em canais em sinal aberto.

RELEVÂNCIA E PERTINENCIA DO TRABALHO PARA A ÁREA DE PESQUISA

A influência dos meios midiáticos na formação dos conceitos de gênero é, ainda, muito estereotipada, pois em sua maioria continuam a sexualizar o corpo da mulher, transformando em objeto mercantilizado. Embora o objetivo do marketing seja o consumo, não se pode, na contemporaneidade, concordar com a manipulação de corpos femininos como ‘moeda’ de negociação.

RESULTADOS

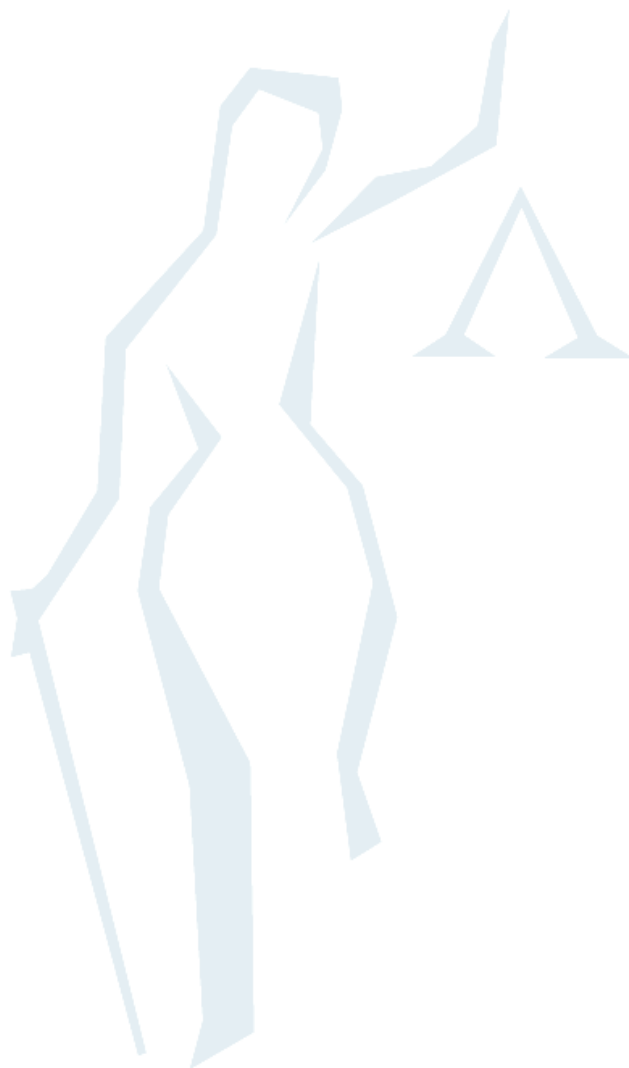
A televisão pode e deve desempenhar um papel de relevância no que tange a educação de gênero e sexual. Entende-se que propagandas que exploram o corpo da mulher como produto, reforçam a desigualdade e reproduzem uma visão estereotipada e que nada contribui

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA

para minimizar as desigualdades de gênero. Este estudo pretende problematizar como estas peças publicitárias, impedem a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, socialmente.

PALAVRAS-CHAVE

Mídia, Machismo, Estereótipo, Gênero.



O QUE DIZEM AS IMAGENS? POTENCIALIDADES DE UTILIZAÇÃO DO MÉTODO DOCUMENTÁRIO EM PESQUISAS EMPÍRICAS EM DIREITO

GUILHERME STEFANⁱⁱⁱ

Palavras-Chave: Imagens; Método Documentário; Pesquisas Empíricas.

“As imagens não são reflexos, sombras ou artifícios, são seres vivos, quer dizer, organismos dotados de desejo” (Rancière, 2015). Se, por um lado, as imagens propiciaram historicamente significativos avanços teórico-metodológicos, de outra banda, por um longo período século XX, observou-se que as imagens causaram certo temor e foram marginalizadas sob o argumento de serem excessivamente exigentes quanto à compreensão de sua própria subjetividade. Reconhecer, no entanto, uma realidade cada vez mais complexa, particularmente no direito, exige análises também complexas. Considera-se, desse modo, a possibilidade de, através da escuta das imagens, do processo metodológico qualitativo de caráter empírico, aprender novas formas de compreender os problemas por elas trazidos e, a partir disso, propor alternativas para diversos problemas teórico-práticos enfrentados no campo do direito.

O método documentário, focalizado neste trabalho, tem suas raízes em contribuições sociológicas de Karl Mannheim. Ralf Bohnsack (2010) é responsável por ter atualizado os estudos de Mannheim para fins de análise de imagens, articulando significativos aportes teóricos de outros estudiosos, como por exemplo, Erwin Panofsky. De acordo com Bohnsack (2007) “o caráter icônico só pode ser reconstruído através da descrição da forma, sobretudo da estrutura planimétrica da imagem”, maior virtude do método documentário.

O desenvolvimento do estudo contribui para a discussão sobre ferramentas metodológicas para pesquisas empíricas em direito, focalizando potencialidades do método documentário, de modo a ampliar o leque de alternativas disponíveis.

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Referências

BOHNSACK, R. (2007). A interpretação de imagens e o Método Documentário. *Sociologias*, ano 9, nº 18, p. 286-311, jun./dez.

BOHNSACK, R. (2010). A interpretação de imagens segundo o método documentário. In: Weller, W.; Pfaff, N. (Orgs.) *Metodologia da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes.

RANCIÈRE, J. (2015). As imagens querem realmente viver? In: E. Alloa (Org.). *Pensar a Imagem* (p. 194). São Paulo: Autêntica.

ⁱ Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

ⁱⁱ Trabalho desenvolvido sob orientação da Profa. Dra. Maria Cecília Lorea Leite, no âmbito do Projeto de Pesquisa do CNPq “Imagens da Justiça, Representações Curriculares e Educação Jurídica”.

A DESCONSTRUÇÃO É JUSTIÇA: O DIREITO NO PENSAMENTO DE DERRIDA

Eduardo Jose Bordignon Benedetti (UFPel)¹

SCHIO, Sônia Maria (UFPel)²

Resumo: Jaques Derrida (1930-2004) inicia sua conferência (realizada na *Cardozo Law School*, em Outubro de 1989) acerca do tema desconstrução e justiça, questionando se “a desconstrução assegura, permite, autoriza a possibilidade da Justiça?” e, no decorrer do próprio texto, responde que “a desconstrução é justiça”. Diante disso, o texto objetiva tanto investigar os conceitos de direito e justiça na obra de Derrida, especialmente em “Força de lei: o fundamento místico da autoridade” (1994), quanto demonstrar que a ideia da “justiça por acontecer” (à venir, *to come*) permite repensar o discurso jurídico posto na atualidade. Afinal, se a justiça é um porvir, sempre há a possibilidade de transformação. A separação radical entre direito e justiça defendida por Ele, possui implicações políticas (a questão da violência, da autoridade da lei), éticas (a vinda inesperada do “outro” que comporta a questão da justiça) e estéticas (percepção da impossibilidade de realização a justiça e sua dimensão criativa, a desconstrução). Defende-se, enfim, que, a partir do pensamento derridiano, a desconstrução é pensada como uma atitude política a qual pressupõe a transformação da política e do direito enquanto instrumentos de mediação social, a fim de inaugurar novas formas de convivência.

Palavras-chave: Derrida; Desconstrução; Direito; Justiça; Política

¹ Mestrando em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, na linha de pesquisa “Direito, Sociedade e Estado”. Bacharel em Direito pela UFPel (2015). Integrante do GEHAr – Grupo de Estudos Hannah Arendt (DFil/IFISP/UFPel). E-mail: eduardoj.benedetti@gmail.com

² Professora Orientadora. Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (DFil/IFISP/UFPel). Coordenadora do GEHAr - Grupo de Estudos Hannah Arendt.

**A NATUREZA COMO SUJEITO DE DIREITOS E SUAS REPRESENTAÇÕES NA
ARTE CONTEMPORÂNEA: IMAGENS DA 32ª BIENAL DE SÃO PAULO**

Caroline Leal Bonilha - FURG

O trabalho tem por objetivo apresentar duas das instalações artísticas que fizeram parte da 32ª Bienal de São Paulo no ano de 2016. A obra intitulada *Overpill: Universal Map*, ou Transbordamento: Mapa Universal, de Rikke Luther, discutiu os danos causados por violações a tratados internacionais em áreas consideradas bens globais comuns. Entre os bens globais comuns mapeados pela artista está o alto mar, a atmosfera, a antártica e o espaço sideral. Já Ursula Bieman e Paulo Tavares apresentaram a instalação *Forest Law* ou Selva Jurídica, trabalho no qual a tensão conflituosa instalada em territórios da Amazônia e o veredito jurídico a favor de uma comunidade indígena equatoriana foram objeto de pesquisa. Além da discussão sobre o meio ambiente, as obras destacadas também utilizaram como parte de sua estruturação poética questões relacionadas ao campo do direito. A arte é pensada aqui como artefato cultural capaz de por em circulação diferentes visibilidades que se articulam reforçando certos discursos. Nesse sentido, interessa problematizar imagens associadas à justiça, ou à injustiça para com a natureza percebida como sujeito de direito, e seus atravessamentos com o enunciado da crise ambiental. A proposta parte de uma perspectiva pós-estruturalista, tendo em Michel Foucault sua principal referência teórica e metodológica para por em suspenso os ditos sobre meio ambiente e justiça identificados nas obras.

Palavras-chave: Arte contemporânea; natureza; crise ambiental; conflitos jurídicos.

**DA GENEALOGIA DO DIREITO: A FILOSOFIA DE FRIEDRICH NIETZSCHE
COMO MÉTODO TRANSDISCIPLINAR PARA OUTRAS PERSPECTIVAS DA
DOGMÁTICA JURÍDICA PENALÍSTICA.**

CARDOSO, Alianna Caroline Sousa¹

Este artigo² visa estabelecer uma crítica à dogmática jurídica penalística a partir da filosofia de Friedrich Nietzsche e o método genealógico proposto pelo filósofo. A metodologia adotada é a revisão bibliográfica, com o uso de textos de estudiosos do direito e comentadores da filosofia de Nietzsche, com especial acesso à duas obras do filósofo, particularmente duas: Além do Bem e do Mal e Genealogia da Moral. O estudo aborda, pois, os conceitos de castigo e justiça formulados por Nietzsche, bem como a dicotomia resultante da percepção baseada na moral acerca do mal. Acreditamos, pois, que através de uma análise historiográfica e a desconstrução de alguns dogmas, a filosofia de Nietzsche poderia auxiliar para reatualizar o Direito Penal, já que, por tratar-se de normatividades jurídicas, estas denotam-se unilaterais e consequentemente específicas. Sendo assim, a memória da construção do Direito Penal brasileiro seria ferramenta a ser observada através do método genealógico de Friedrich Nietzsche, nos possibilitando a compreensão dos mecanismos de punição, ampliando as perspectivas para uma nova construção do direito penalístico e da própria pena de prisão.

Palavras-chave: Direito Penal, filosofia, castigo, justiça, memória

¹ Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, sob a orientação do Professor Dr. Clademir Araldi; aliannacardosovanca@gmail.com

² O presente artigo é um recorte da Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de PósGraduação, strictu sensu, em filosofia, pela Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, sob a orientação do Professor Doutor Tiegue Vieira Rodrigues, intitulada “Uma análise Genealógica do Direito e da Pena de Prisão a partir da filosofia de Friedrich Nietzsche”, defendida em 09 de Novembro de 2016, podendo ser encontrada em <http://www.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/c7bc6613a109d9dc7084dad742c66246.pdf>

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Direitos das crianças: igualdade como movimento e diálogo como condição

Ernani Santos Schmidt – UFPel e UCPel

Patrícia Pereira Cava - UFPel

RESUMO

O trabalho reflete sobre o reconhecimento da criança como sujeito de direitos em relação com o mundo dos adultos além das leis civis e estatutos protetivos. Propõe modo de tratamento que visa a afirmação de critérios aptos a entendimentos dos limites e possibilidades sobre o devido às crianças como *atitude/abstenção*; vale dizer, da titularidade das crianças em direitos oponíveis aos adultos, sejam pais/responsáveis, sejam educadores e que referem às condições nas quais são invocadas imagens/posturas de igualdade. É entre a educação e o direito que se situa o debate, virando o olhar para o justo/injusto na autoridade dos adultos. Numa história social dos direitos das pessoas há variações na positividade jurídica de valores trazidos pelas transformações do ser criança; e nos diversos modos de realização da infância a forma jurídica de seus direitos está atada às variações na ideia de pessoa e na emergência de uma filosofia do sujeito que implica os problemas do conhecimento e da justiça. Assim, discute: o estatuto do sujeito na criança em níveis político, psicológico, pedagógico; noção de sujeito que associa a forma jurídica à forma moral e antropológica; proposição da justiça como legitimidade dialógica impeditiva às pretensões de autoridade moral privilegiada. O trabalho aponta que a tradição liberal individualista não integra a relação com crianças no pensamento sobre a justiça porque não admite esta relação sendo governada por princípios que definem o justo em qualquer relação de poder.

Palavras-chave: crianças; direitos; justiça; igualdade

**IMAGENS DA JUSTIÇA, EDUCAÇÃO JURÍDICA E TRANSNACIONALIZAÇÃO
DAS RELAÇÕES HUMANAS**

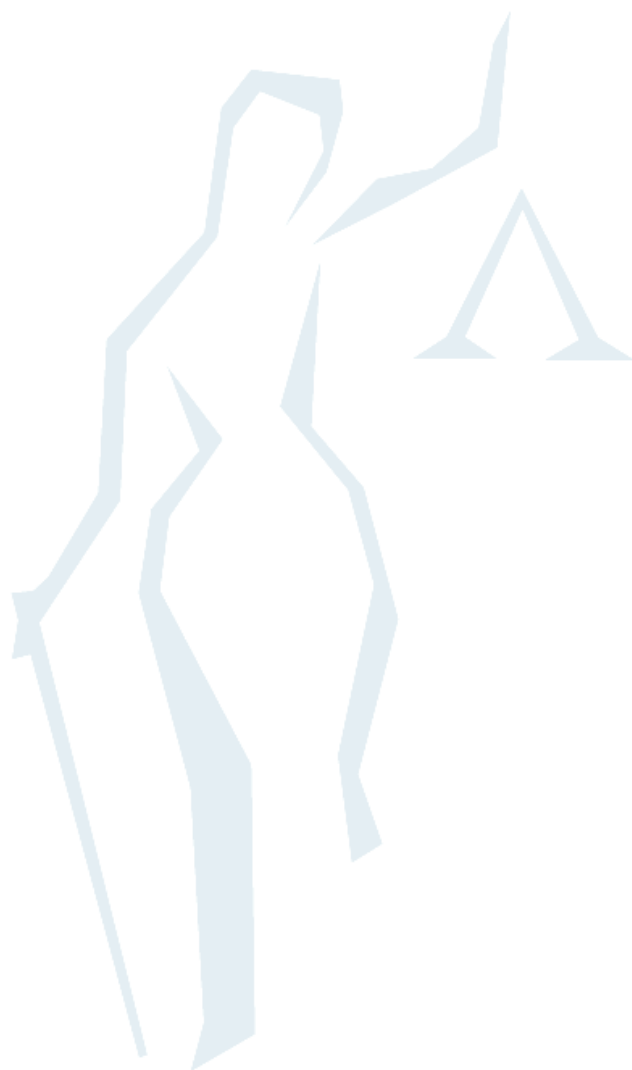
Imagens da justiça; educação jurídica; currículo; transnacionalização; Direito Internacional

Anelize Maximila Corrêa, UFPEL/UCPEL¹

A educação jurídica contemporânea encontra-se desafiada pelo atual contexto da transnacionalização das relações humanas, onde cada vez mais a vida se desloca para além das fronteiras dos Estados, o que exige reformulações com relação à noção de fronteira e ao enfoque territorialista do Direito. Se, por um lado, cada vez mais, os problemas locais são multidisciplinares e multidimensionais, interdependentes do global e vice-versa, por outro, muitos cursos de Direito ainda mantêm uma orientação consideravelmente restrita, de forma fechada, com relação às questões jurídicas nacionais. Nesse contexto, insere-se a problemática da presente pesquisa, que visa analisar como o estudo do Direito Internacional é recontextualizado (BERNSTEIN 1990,1996) no curso de graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Esta primeira parte do estudo foi realizado a partir da análise de imagens da justiça, produzidas por docentes daquela instituição, bem como as relações das referidas imagens com o Projeto Pedagógico de Curso, com o objetivo de analisar em que medida as referidas imagens confluem com uma visão de Justiça mais transnacionalizada. Para atender este objetivo as imagens foram analisadas utilizando o método documentário para interpretação com base em Bohnsack(2007) e os documentos utilizando análise de conteúdo com base em Bardin (1979). Esta investigação esta vinculada a Pesquisa Imagens da Justiça, Currículo e Pedagogia Jurídica.

¹ Doutoranda em Educação PPGE - UFPEL. Professora Adjunta de Direito internacional nas Universidades Federal de Pelotas e Católica de Pelotas.

**III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA,
CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA**



**DISCUSSÕES SOBRE SEXUALIDADE E PROMOÇÃO DE DIREITOS SEXUAIS NO
CAMPO JURÍDICO: A DECISÃO JUDICIAL SOBRE A “CURA GAY”**

DIOGO, Hélien Rejane Silva Maciel (FURG)

DIAS, Renato Duro (FURG-orientador)

Palavras-chave: Direitos Sexuais, Dignidade da pessoa Humana, Sexualidade

O presente trabalho surge do interesse em discutir as repercussões da decisão judicial, a qual coloca em destaque a chamada “cura gay”. A decisão judicial, muitas vezes, nos permite várias e amplas interpretações, mas nosso estudo não tem a intenção de questionar o mérito da decisão. Para além deste, o estudo propõe-se a discutir o exercício da sexualidade, a promoção de direitos sexuais e sua importância de entendimento e aplicação no campo jurídico, como forma de tutela da dignidade da pessoa humana. A metodologia trata-se do estudo bibliográfico fundamentado em leituras seletivas e exploratórias do conteúdo pesquisado sendo este de abordagem qualitativa. A revisão bibliográfica contemplou trabalhos dentro da linha de tempo de 2006 a 2017, selecionando os que tinham relação com o objeto da pesquisa. A decisão judicial refere-se, especificamente, a Ação Popular Nº. 1011189-79.2017.4.01.3400, com pedido de liminar, amparado no art.5º, LXX da Constituição Federal, a qual tem como propósito suspender os efeitos da Resolução do Conselho Federal de Psicologia Nº. 001/1999, que disciplina normas de atuação sobre a questão da orientação sexual. Na ata da audiência, consta o deferimento parcial da liminar, sem suspender os efeitos da resolução, mas permitindo que os psicólogos, sem censura, possam realizar estudos ou atendimento, de forma reservada, pertinente a (re) orientação sexual. Talvez falar sobre isso feria a CF, especialmente, o conceito de vida digna.

**EXPLORANDO SENTIDOS: ANÁLISE DE IMAGENS DA JUSTIÇA NA
DEFENSORIA PÚBLICA EM JAGUARÃO**

Arion Escorsin de Godoy – UFPel

Juliano da Rosa Passos - UFPel

Problemática: a investigação proposta analisa imagens da justiça delineadas por trabalhadores da Defensoria Pública do Estado em Jaguarão em desenhos colhidos em junho de 2017 com a finalidade de identificar características, semelhanças e diferenças nas representações.

Metodologia: dentre os seis desenhos colhidos, foram selecionados dois para análise que é procedida mediante manejo do instrumental do método documentário de Ralf Bohnsack. A seleção dos desenhos examinados é referenciada pelo aspecto temporal, de forma que foram eleitas as figuras compostas pelas trabalhadoras com maior e menor tempo de contato com o direito.

Relevância e pertinência do trabalho para a área de pesquisa: o trabalho proposto mostra-se relevante, uma vez que explora recorte específico de interpretação de imagens da justiça, eis que direcionado para trabalhadores da Defensoria Pública. Igualmente, a pertinência é perceptível pela clara adequação da pesquisa ao grupo de trabalho respectivo.

Resultados: a apuração desenvolvida permite, a partir da noção de contraste explicitada por Ralf Bohnsack, explorar as similitudes e distanciamentos de percepção sobre a justiça entre uma trabalhadora com oito anos de contato com o direito, desempenhando suas atividades em uma instituição de *linha de frente* do sistema de justiça, e outra, que iniciou sua interação há pouco mais de um ano. Precisamente, é evidente a proximidade na conceituação de natureza institucional de justiça, enquanto, em outra perspectiva, se percebe um afastamento de *valorização* entre as representações.

Palavras-chave: imagens; justiça; defensoria pública.

IMAGENS DA JUSTIÇA E SEUS DITOS SOBRE GÊNERO: PROBLEMATIZANDO O CURRÍCULO JURÍDICO E SUAS PRODUÇÕES

Ana Clara Correa Henning (UFPel/RS)¹; Mari Cristina de Freitas Fagundes (UFPB/PB)²

A proposta aqui apresentada é fruto de uma pesquisa desenvolvida junto ao grupo de pesquisa “Imagens da Justiça, Representações Curriculares e Pedagogia Jurídica”, coordenado pela professora Dra. Maria Cecilia Lorea Leite. Neste recorte, selecionamos uma imagem produzida por graduandos do curso de direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A problematização que nos move diz respeito ao gênero e como ele tem sido retratado nas imagens da justiça, especialmente aquelas que apontam a Deusa Themis como seu símbolo. Sob as lentes pós-estruturalistas, entendemos que algumas verdades são eleitas como dizíveis e outras, silenciadas. No campo jurídico isso não é diferente. Assim, nossa problematização tangencia os escritos de gênero e a sua produção no/para/do currículo jurídico, questionando como os graduandos tendem a retratar a justiça através do símbolo aqui destacado e como isso pode refletir na construção acadêmica desses bacharéis. Nos alicerçamos, metodologicamente, na produção discursiva da imagem, através dos escritos de Ralf Bohnsack, bem como nos escritos foucaultianos e de autores que com ele dialogam, visando pensar a construção do currículo do direito. Assim, entendemos que pensar o estudo de imagens na/para a formação jurídica e seus retratos sobre o gênero, se apresentam como importantes ferramentas para discutirmos outras formas de produção de conhecimento no presente.

Palavras-chaves: Imagens da Justiça; Gênero; Currículo; Conhecimento.

¹ Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora Adjunta na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas.

² Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus. Graduada em Direito pela Faculdade Anhanguera de Pelotas/RS

INTERPRETANDO IMAGENS DA JUSTIÇA PRODUZIDAS POR DOCENTES DA
FACULDADE DE DIREITO DA UFPel

Ana Luisa Ventura Soares - Graduanda em Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (analuvsoares@gmail.com) Pelotas/RS, Brasil.

Rita de Araujo Neves - Mestra em Educação, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FaE) na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Profa. Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande-FURG (profarita@yahoo.com.br) Pelotas/RS, Brasil.

Maria Cecilia Lorea Leite - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pós-Doutora pela Université Paris 8 e Profa. Associada do PPGE/UFPel, além de coordenadora do projeto de pesquisa “*Imagens da Justiça, Representações Curriculares e Pedagogia Jurídica*” financiado pelo CNPQ (mcilleite@gmail.com) Pelotas/RS, Brasil.

Resumo: Neste texto apresentamos um exercício de análise de imagens da justiça, produzidas por docentes da Faculdade de Direito da UFPel, tendo como principal referência teórico-metodológica o método documentário de interpretação, desenvolvido por Ralf Bohnsack. Trata-se de parte dos dados de uma pesquisa mais ampla sobre imagens da justiça produzidas por docentes de cursos de Direito de universidades públicas do sul do Brasil, como elemento de estudo sobre currículo. A investigação de abordagem qualitativa, por meio de imagens, ainda é considerada relativamente rara, particularmente no campo do Ensino Jurídico, apesar de densamente permeado de imagens. A partir de investigações anteriores, verificamos que as pesquisas desenvolvidas na área da educação jurídica, nas últimas décadas, têm evidenciado demandas por um Ensino Jurídico mais contextualizado à realidade social, política e econômica. Nessa concepção, novos conceitos a exemplo do de justiça social, têm sido trazidos à ordem do dia, enfatizando a necessidade da contribuição efetiva dos cursos de Direito, dos profissionais que ali atuam, bem como dos estudantes, na construção de uma sociedade mais democrática. Nosso estudo tem revelado, todavia, que essa discussão parece não acontecer em grande parte dos currículos dos cursos de Direito focalizados, o que reforça a pertinência da pesquisa com imagens desenvolvida e a relevância das contribuições para a compreensão do currículo dos cursos de Direito investigados.

Palavras-chave: Imagem, Justiça, Ensino Jurídico, Docentes.

DIVERSIDADE COMO EXPRESSÃO DE JUSTIÇA CURRICULAR

Wilcelene Pessoa dos Anjos Dourado Machado/UFMS
Fabiany de Cássia Tavares Silva/UFMS

Resumo: Este texto apresenta parte de pesquisa, concluída em 2014, que investigou documentos curriculares locais, publicados pelas redes de ensino, de um estado-membro e uma capital, a saber: Referencial Curricular da Educação Básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio (SED, 2007) e Referencial Curricular do Ensino Fundamental, 1º ao 9º ano (SEMED, 2008). Tais documentos foram tomados como objetos e fontes na construção de análises sobre a justiça curricular, a partir da relação entre educação, justiça, currículo e diversidade. O desenho metodológico desta investigação ancorou-se nas técnicas do estudo comparado, organizado no cruzamento da educação, história da educação e ciências sociais comparadas. Sob a perspectiva de defesa de um projeto curricular emancipador, ou um currículo ‘contra hegemônico’, que nos aproximamos do conceito de justiça curricular, na intenção de incursionar por uma educação diferente daquela ofertada pelos sistemas educativos, isto é, homogeneizadora e, porque não dizer, reprodutora das desigualdades. Para dar forma ao estudo comparado, elegemos como área de comparação a diversidade, entendida como expressão da cidadania, representada nas diversas culturas, etnias, grupos que compõem a sociedade brasileira. Em conclusão, a comparação dessa área nos documentos curriculares registrou o tom, apenas discursivo ideológico, do reconhecimento da diversidade. Contudo, tal reconhecimento alimentou-se da transposição à condição de conteúdo de disciplinas, na promoção da “escola para todos”. Dito de outro modo, a cidadania não foi tomada/apropriada em seu sentido político, no processo educativo, impedindo que fosse trabalhada sob a perspectiva da educação emancipatória.

Palavras-chave: Currículo; Justiça curricular; Diversidade.

DIREITO AMBIENTAL E ENTRELAÇAMENTOS DISCURSIVOS

Isabel Ribeiro Marques - FURG

Paula Correa Henning - FURG

Agência financiadora: Capes

O presente trabalho parte de um doutoramento em Educação Ambiental com o entrelaçamento de uma trajetória acadêmica e profissional que perpassa pelo campo do Direito, Ecologia e docência no ensino superior. Em um recorte de uma tese que trabalha diretamente com discursos relacionados ao verde, busca-se aderência ao eixo denominado “Imagens de Justiça”, em uma problematização sobre imagens atreladas ao Direito Ambiental, área jurídica em que se dedica especial atenção desde meados do ano 2000. Com a proposta em situ, compila-se imagens atreladas ao Direito Ambiental e, através desse exercício, questiona-se sobre a expressiva vinculação desse ramo do direito aos recursos naturais, como ar, água, flora, fauna ou então ao *verde*. Como delimitação metodológica busca-se aproximação com a Análise do Discurso, inspirando-se em Michel Foucault, operando especificamente com conceito de discurso na busca de tensionamento das condições de possibilidades dos discursos propagados. Com as pesquisas desenvolvidas, a experiência docente, o doutorado em andamento almeja-se cavoucar arestas de pensamento e reflexão sobre o que vem sendo distribuído e pulverizado principalmente sobre o “ambiental”, engendrando potentes conceitos como discurso, verdade e Ecosofia, sucessivas conversações com diferentes autores e a subjetivação que entrelaça saberes, poderes e desejos. Com fragmentos discursivos previamente escolhidos, almeja-se exercitar um olhar quem sabe mais atento e menos (pré) direcionado. Será possível resistir e pensar o Direito Ambiental de diferentes maneiras além do que vem sendo distribuído por diferentes mídias?

Palavras-chave: Direito Ambiental. Discurso. Mídia.



**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006): A
CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA
COMARCA DE CRICIÚMA/SC.**

¹Patrícia Machado Martins, acadêmica de Direito/UNESC.

²Taiana de Oliveira, acadêmica de História/UNESC.

³Mônica Ovinski de Camargo Cortina, Curso de Direito/UNESC.

Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero.

A presente pesquisa tem por objetivo geral a construção de indicadores de violência contra as mulheres na comarca de Criciúma/SC, amparada à Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) que estabelece em seu artigo 8º, inciso 2º, a promoção de estudos e pesquisas estatísticas como medida integrada de prevenção à violência. Utiliza-se como recurso epistemológico as discussões acerca da violência de gênero, raça e etnia concernentes as circunstâncias e frequência da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. A pesquisa trata de uma investigação em andamento, iniciada no primeiro semestre de 2017 com os estudos teóricos acerca dos temas da pesquisa. A metodologia utilizada articula pesquisas bibliográficas, documental e de campo, realizadas no Fórum da comarca de Criciúma mediante observação e registro em diário das audiências de instrução, conciliação e julgamento, envolvendo as situações descritas na Lei Maria da Penha, concomitante à questionários aplicados com os acusados e as vítimas de violência. Busca-se, em síntese, levantar o perfil sociodemográfico e econômico dos acusados e das mulheres em situação de violência, bem como a caracterização das circunstâncias relevantes envolvendo as situações de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Os resultados parciais apontam para a necessidade de melhor avaliação sobre os espaços de fala destinados as mulheres vítimas de violência, no sentido de que esses espaços (jurídicos) podem contribuir para silenciamentos e limitações a respeito da situação envolvendo as mulheres. Ainda, sugere a necessidade de que o judiciário adote medidas urgentes e efetivas para evitar que novas agressões sejam cometidas, e as devidas medidas sejam adotadas para punir o agressor.

Espera-se que os resultados obtidos com a pesquisa, articulados com o ensino, sejam utilizados como instrumento para contextualizar e compreender melhor a temática da violência de gênero no âmbito local. Será possível verificar quais as demandas de cumprimento da Lei Maria da Penha e demais políticas públicas de enfrentamento e prevenção à violência doméstica e familiar, não só sob o âmbito jurídico, mas incluindo a

rede de atendimento integral, suas estruturas, disponibilidade e eficiência no município, em face da prevenção da violência contra as mulheres.

Palavras chave: Violência. Gênero. Mulheres. Lei 11340/2006.